manchete

Jornal Notícias	**Periodicidade:**	Diário	**Temática:**	Desporto
	Classe:	Informacão Geral	**Dimensão:**	1258 cm^2
	Âmbito:	Nacional	**Imagem:**	S/Cor
08-01-2020	**Tiragem:**	60963	**Página (s):**	1/14

F. C. Porto

Presidente da Assembleia renuncia ao cargo contra estatuto dos juízes

Matos Fernandes está jubilado e recusa pedir autorização P. 14

manchete

Jornal Notícias
08-01-2020

Periodicidade: Diário
Classe: Informacão Geral
Âmbito: Nacional
Tiragem: 60963
Temática: Desporto
Dimensão: 1258 cm²
Imagem: S/Cor
Página (s): 1/14

JUSTIÇA

Líder da AG do F. C. Porto bate com a porta contra novo estatuto dos juízes

Matos Fernandes renuncia a cargos no clube e na SAD por recusar pedir autorização ao Conselho Superior da Magistratura. Deixa críticas ao Governo e demite-se da associação sindical

Nuno Miguel Maia
nunomm@jn.pt

POLÉMICA José Manuel Matos Fernandes, juiz conselheiro jubilado, renunciou aos cargos de presidente da Assembleia-Geral do F. C. Porto e da SAD, em protesto contra uma nova norma do estatuto dos magistrados judiciais que impõe um pedido de autorização do Conselho de Superior da Magistratura para integrar órgãos sociais de clubes desportivos profissionais.

O magistrado do Supremo Tribunal de Justiça – que foi secretário de Estado da Justiça entre 1995 e 1999 – escreveu uma carta de renúncia dirigida ao presidente do Conselho Fiscal, a que o JN teve acesso, na qual faz violentas críticas à obrigação que vigora desde o passado dia 1. Insurgindo-se contra "o preconceito do Conselho contra a presença de juízes nos órgãos sociais dos clubes de futebol ou até nas instâncias de justiça desportiva", afirma que a lei "foi longe de mais", pois "não observa critérios de razoabilidade e proporcionalidade diante de um tratamento diferenciado", que deveriam merecer juízes fora do ativo.

Matos Fernandes vinca que desde 1995 deixou em definitivo o exercício de funções de magistrado, por ser da opinião de que "os magistrados que exercem funções governativas não devem regressar à magistratura", mas "todos os fizeram exceto o signatário". Depois disso, pedindo suspensão do estatuto de jubilado (com perda de regalias), deu aulas, foi consultor numa sociedade de advogados e interveio em tribunais arbitrais (não estaduais). No F. C. Porto desde 2008, não foi remunerado, nem com "senhas de presença".

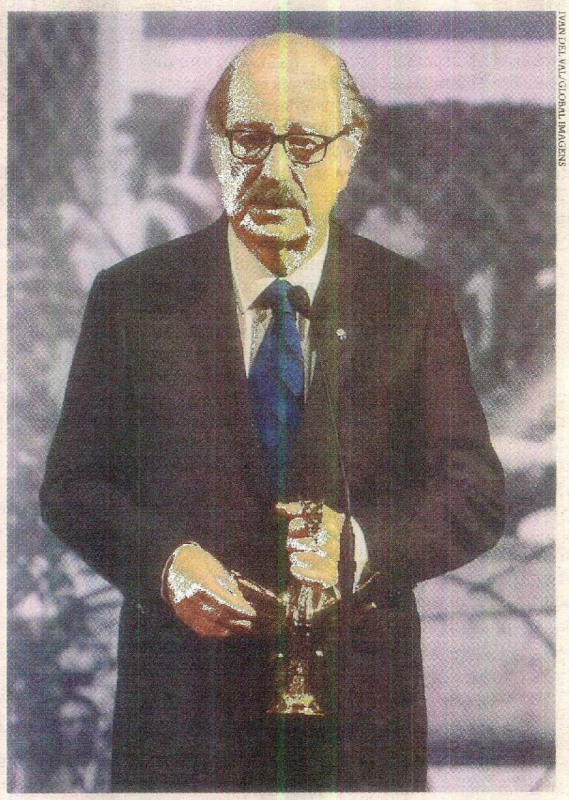
AUMENTO DOS JUÍZES É ULTRAJE

A censura do agora ex-presidente da Assembleia-Geral da SAD do F. C. Porto e do clube atinge ainda o Governo, a Assembleia da República e a Associação Sindical dos Juízes Portugueses, da qual acaba de se demitir como sócio.

O juiz conselheiro refere-se concretamente ao líder sindical, Manuel Ramos Soares, cuja opinião no sentido da proibição de exercício de funções em órgãos de entidades desportivas diz ter influenciado o Governo, a Assembleia da República e – prevê – o Conselho Superior da Magistratura.

Matos Fernandes mostra-se, até, contra o aumento dos ordenados dos juízes: "[...] obteve de um Governo de mãos rotas e de uma Assembleia da República complacente um estatuto remuneratório para os juízes (e, por arrastamento, para os magistrados do Ministério Público) que é ultrajante para o comum dos cidadãos de um país com dois milhões de pobres".

Perante esta renúncia, o F. C. Porto e a SAD terão de nomear um novo presidente da AG.



IVAN DEL VAL/GLOBAL IMAGENS

Recebeu em 2018 "Dragão de Ouro" como dirigente do ano

DISCURSO DIRETO

José Manuel Matos Fernandes
Juiz conselheiro

"[O Conselho] faz dos clubes – alguns clubes – uma associação de malfeitores, dirigidas por gente pouco recomendável, de cuja frequência convém afastar os juízes, para defesa da magistratura".

"Com tristeza, parece assistir-se a um farisaico regresso ao modelo do juiz-redoma de outros tempos, dissociado do meio social, membro de uma casta que se afasta dos comuns dos mortais, pouco faltando exigir-lhe, para atingir uma excelsa condição, os atributos enunciados por Paiva e Pona, na sua 'Orfanologia Prática'"

"Tenho contra mim, aliás, estar em causa o nosso clube, e a hostilidade a que é votado por tantos que não aceitam a sua grandeza e a sua projeção universal"

MAIS MAGISTRADOS NO FUTEBOL

Sporting
Não é só no F. C. Porto que se encontram magistrados como membros de órgãos sociais. Em Alvalade, o procurador João Palma, que chegou a ser presidente do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, ocupa o cargo de vice-presidente da mesa da Assembleia-Geral, enquanto o juiz conselheiro jubilado Baltazar Pinto lidera o Conselho Fiscal e Disciplinar. No mesmo órgão, o também juiz conselheiro jubilado Gabriel Catarino está entre os vogais suplentes.

Federação de Futebol
Jorge Manuel Lopes de Sousa, juiz conselheiro jubilado na situação de suspensão temporária, é um dos vogais do Conselho de Justiça da Federação Portuguesa de Futebol, liderada por Fernando Gomes. A mesma função é desempenhada por António Bento São Pedro, juiz conselheiro do Supremo Tribunal Administrativo jubilado.

Liga Portuguesa
Também não faltam magistrados nos órgãos sociais da instituição que organiza o futebol profissional em Portugal. O juiz conselheiro Américo Joaquim Pires Esteves é o presidente do Conselho Jurisdicional da Liga Portuguesa de Futebol, liderada pelo antigo árbitro Pedro Proença.

SABER MAIS

A nova norma
Desde 1 de janeiro, o estatuto dos magistrados judiciais estabelece que "carece de autorização do Conselho Superior da Magistratura, que só é concedida se a atividade não for remunerada e não envolver prejuízo para o serviço ou para a independência, dignidade e prestígio da função judicial [...] o exercício de funções não profissionais em quaisquer órgãos estatutários de entidades envolvidas em competições desportivas profissionais, incluindo as respetivas sociedades acionistas".